

A dimensão cultural das relações internacionais: proposta teórico-metodológica

Mônica Herz

A crescente ênfase concedida à dimensão cultural entre os estudos de ciências sociais é uma tendência observada nos últimos anos, contrapondo-se à proeminência das dimensões política ou econômica. Compreendemos que aos estudiosos das Relações Internacionais compete acompanhar esta tendência. Para tanto, mostra-se necessária a incorporação de teorias e metodologias desenvolvidas pela sociologia contemporânea.*

Os estudos clássicos no campo das Relações Internacionais tendo como fundamento o princípio da soberania dos Estados nacionais, frente à anarquia que caracterizaria a ordem internacional, têm ressaltado os aspectos jurídicos, políticos

e militares, na conformação do Sistema Internacional. Dentro desta lógica, estabelece-se um abismo teórico entre as análises das sociedades nacionais e do sistema internacional e relega-se a segundo plano aquelas relações que envolvem atores não definidos territorialmente ou questões de caráter transnacional¹.

O caráter interdisciplinar dos estudos de relações internacionais ganha legitimidade concomitantemente ao desenvolvimento de teorias que buscam superar os limites dos estudos clássicos incorporando a intervenção de setores não estatais, e considerando ainda as aproximações e interrelações entre o sistema internacional e os contextos nacionais. As relações internacionais, marcadas pela cooperação e negociação, em contraposição ao conflito, ganham também novo estatuto. Neste contexto, o estudo das relações culturais adquire novo sentido, afastando-se de sua posição subordinada aos estudos sobre os recursos de poder e interesses nacionais. Assim também surge a demanda por um debate em torno a teorias desenvolvidas em outras disciplinas.

Pensamos que, também no plano das "utopias", nossa proposta justifica-se. A ordenação do real a partir de uma concepção deste enquanto regido por leis, insere-se na história da metafísica ocidental de Platão a Hegel². O afastamento entre céu e terra como feição do mundo moderno coloca-nos diante da crise desta metafísica

*O presente texto deverá constituir subsídio para o estudo da política cultural das Fundações Privadas Norte Americanas no Brasil

ca. O progresso, ou seja, a conquista racional da natureza, tinha como garantia esta mesma ordenação do real. Na medida em que nos afastamos do plano das "idéias transfinitas", a sociedade poderá ser reconhecida como produto do social. A interação inter-societal ganha, neste contexto, uma dimensão renovada, designando a gestão dos padrões culturais hegemônicos, ou nos termos de A. Touraine, de nossa "historicidade"³.

Conclui-se que o debate em torno da gestação de uma nova ordem internacional não pode marginalizar a dimensão cultural, mesmo porque ela é um dos pilares do sistema internacional contemporâneo.

Partindo da distinção que J. Mitchell estabelece entre "diplomacia cultural" e "relações culturais", delinearemos nosso objeto de estudo. Segundo este autor, a diplomacia cultural tem caráter limitado, estando funcionalmente ligada à política externa em seus aspectos econômicos, políticos ou militares (particularmente a propaganda): *"As an aspect of diplomacy it is normally carried out abroad by diplomatic staff. It is closely aligned to official policy and national interest. Its ulterior purpose is political or economic"*⁴.

Por outro lado, compreende o autor que as "relações culturais" estão marcadas pela mutualidade e pela cooperação: *"The purpose of cultural relations is not necessarily, and in advance thinking hardly at all, to seek one-sided advantage. At their most effective, their purpose is to achieve understanding and co-operation between national - societies for their mutual benefit"*⁵.

Muito embora não nos filieemos ao internacionalismo liberal, expresso na citação acima, a análise detalhada que Mitchell desenvolve sobre as relações culturais internacionais nos permite delimitar um campo de atuação mais abrangente do que aquele correspondente à diplomacia cultural, segundo a definição do mesmo autor. Por ora, adiantamos que se trata de uma dimensão do campo internacional com relativa autonomia, não podendo ser apre-

endida exclusivamente em seus aspectos funcionais face aos demais pilares do sistema internacional.

A partir do final do século passado, a difusão da cultura nacional foi incorporada aos recursos disponíveis para a realização de "interesses nacionais", tendo sido o governo francês pioneiro neste sentido⁶. Os demais países tenderam a seguir o exemplo francês, segundo o qual a função da diplomacia cultural era a exportação, enquanto a importação ficava a cargo do Ministério da Cultura. O fluxo migratório de países como França, Alemanha e Itália determinou a criação de um sistema de ensino no exterior, tendo sido esta a fundação sobre a qual se ergueram as subseqüentes políticas culturais. O acesso às classes dirigentes e a difusão da língua nacional foram assim os primeiros objetos de uma diplomacia cultural que almejava fornecer apoio à política externa dos Estados nacionais.

Com o advento da cultura de massas, a universalização da educação, o aparecimento de agências culturais diversificadas de caráter público ou privado e a expansão da democracia, o escopo deste campo se alarga. Assim sendo, a conformação de padrões culturais, a disseminação de valores, os estilos e sistemas simbólicos se inserem nas relações culturais, como elementos da política cultural, partindo esta do governo ou da sociedade civil. Cabe observar aqui que não estamos propondo um estudo macro-antropológico, muito embora possamos incorporar alguns conceitos desenvolvidos neste campo⁷. A interpenetração cultural é um fenômeno universal, sendo a própria origem da cultura ocidental, fruto de vasto curso de interpenetração entre as culturas gregas, romanas e "bárbaras"; nosso objeto refere-se a projetos culturais oriundos de sociedades nacionais.

Entendemos que a atuação das agências internacionais, no campo econômico, social e militar, guarda uma dimensão cultural. Portanto, ao utilizarmos o termo *pro-*

jetos culturais pretendemos abarcar um campo que estende suas fronteiras para além daquelas demarcadas por Mitchell.

Quanto ao fenômeno da transnacionalização, que se expressa através do crescimento de canais comerciais de difusão cultural, acreditamos que, neste momento histórico e dada a escassez de estudos nesta área, não se justifica a marginalização do objeto em questão. O surgimento de uma sociedade global não permite finalizar o debate em torno do lugar de políticas culturais determinadas.

Observamos a existência de duas vertentes na bibliografia por nós abordada e cabe nos debruçarmos sobre esta antes de propormos uma abordagem diversa. Por um lado, encontramos os textos de caráter prescritivo, elaborados por políticos e diplomatas envolvidos na própria execução da política cultural. O texto, antes mencionado, de J. M. Mitchell se insere neste conjunto, — o autor trabalhou com o Conselho Britânico — assim como boa parte da bibliografia por ele citada. O livro *International Cultural Relations* nos fornece uma cuidadosa sistematização das atividades e da história das relações culturais internacionais.

Segundo o autor em questão, encontramos quatro modelos de atuação:

1. Controle governamental
2. Agências autônomas não governamentais
3. Sistema misto
4. Sistema voluntário.

As diferentes formas de conduta expressam uma maior ou menor autonomia face à política externa. Aliada a esta variável aparece a perspectiva dos agentes da política cultural face à cultura local e à projeção externa da própria cultura. Por exemplo, a partir da tabela elaborada pelo autor, se existe um conhecimento da cultura local aprofundado e objetiva-se uma operação que permita a mútua projeção cultural, o resultado será um projeto que se fundamenta sobre a cooperação e troca⁹.

O contato cultural se dá a partir da atuação de "representantes culturais", que

buscam atingir grupos com potencial reprodutivo (*target groups*). A divisão do pessoal envolvido se dá da seguinte forma:

- . equipe com base no país de origem do programa;
- . equipe local;
- . professores;
- . agentes que atuam onde não há nenhuma representação cultural.

As atividades dos agentes culturais incluem: a) presença; b) informação; c) troca de pessoas, abrangendo a promoção de livros e bibliotecas, a troca de estudantes e professores, o ensino da língua nacional, realização de eventos ligados ao mundo das artes, encontros intelectuais, transmissões externas (rádio, TV, etc.); chamamos atenção ainda para a dimensão cultural da ajuda tecnológica ao desenvolvimento. Parece-nos relevante recuperar as linhas gerais da sistematização produzida por Mitchell para concretização do objeto em discussão aqui. Contudo, tanto sua perspectiva frente ao sistema internacional, em que a idéia de cooperação e mutualidade são despolitizadas, quanto a análise dos objetivos e resultados da política cultural externa não nos satisfazem.

Por outro lado, devem ser citados alguns trabalhos, de caráter crítico, compreendendo a política cultural dos países centrais seja como instrumento de reprodução do capitalismo em sua fase imperialista, seja como um dos elementos constitutivos do sistema internacional de poder. Esta bibliografia tem levantado pontos relevantes no sentido de tornar mais transparente as atuações daqueles agentes acima delineados. Entretanto, tendo se fundamentado em fórmulas muito gerais e modelos deterministas, deixa-nos sérias lacunas na compreensão dos processos de interpenetração social decorrentes das políticas em questão, não fornecendo um instrumental que nos permita abordar momentos específicos, sem a constringência da fidelidade a determinadas categorias modelares.

O trabalho de Octavio Ianni é um exemplo da utilização do arsenal marxista para abordar nosso tema: “Para que possam reproduzir-se, as relações imperialistas de produção dependem da produção cultural, tanto quanto da material”⁹.

A “cultura imperialista” é, assim, elemento funcional para a reprodução do imperialismo e da burguesia imperialista, que tem como contra-face a “cultura dependente”. O núcleo desta “cultura” – contraposição entre comunistas e capitalistas e hierarquização entre os padrões ocidentais e aqueles observados nos países subdesenvolvidos – e a articulação entre a burguesia imperialista e a dependente são o foco de sua análise.

Armand Matterlart, por sua vez, percebe a constituição de “aparelhos ideológicos”, garantidores da reprodução das relações de produção capitalistas em sua fase imperialista. O fenômeno da multinacionalização é assim acompanhado da constituição de aparelhos ideológicos, que permitem a reprodução internacional do capital: “A internacionalização da produção colocou o problema da internacionalização das mercadorias culturais”¹⁰.

O autor nos fornece uma visão da atuação das multinacionais e agências governamentais na área da cultura, particularmente no que concerne a educação¹¹, demonstrando o aspecto homogeneizador da cultura de massa do “império”, além da estratégia de descentralização que se volta para a especificidade do público. Para além da exposição da atuação destas agências culturais, em que o mito dos objetivos estritamente mercadológicos é abalado, o autor chama atenção para outro mito que abordaremos a seguir – a neutralidade da técnica.

A técnica só começaria a ter um sinal a partir de seus efeitos negativos ou positivos bons ou maus. Através dessa concepção moralista da tecnologia, boa e inocente ou má e culpada segundo seus objetivos louváveis ou perversos, surge o mito bastante simplificado da

ideologia tecnocrática, cujas conclusões conservadoras são evidentes: as formas culturais existentes são as únicas possíveis para comunicar a realidade; basta trocar o sinal das mensagens que devem conter¹².

Esta bibliografia tem ainda o mérito de acentuar que a multinacionalização não elimina o debate em torno da cultura nacional, com posições mais ou menos xenófobas, e o papel das classes sociais, embora concebidas geralmente de forma precária (refiro-me às dicotomias burguesia-proletariado, burguesia-nacional, burguesia-transnacional). Exemplos desta abordagem podem ser encontrados na coletânea organizada pela revista *Comunicação e Sociedade*¹³.

A coletânea, organizada por Fernando R. Matta, por sua vez, expressa uma preocupação em enfatizar a relação entre a ordem informativa internacional, representada pela atuação das agências internacionais de notícias – United Press International, Associated Press, Reuters, Agence France Presse – e o sistema transnacional de poder. Ao se voltar para uma fatia específica da atuação de agências culturais internacionais, contribui para a dissecação de um importante canal de transmissão cultural, embora o “sistema transnacional de poder” seja percebido como instância última, sem maiores explicações.

É cada vez mais evidente que o sistema transnacional de comunicação se desenvolveu com o apoio e a serviço dessa estrutura transnacional de poder. É parte integrante do sistema, e por meio do qual é controlado o instrumento fundamental que é a informação na sociedade contemporânea. É o veículo para transmitir valores e estilos de vida aos países do Terceiro Mundo, que estimula o tipo de consumo e o tipo de sociedade requeridos pelo sistema transnacional, em seu conjunto¹⁴.

A bibliografia acima mencionada não está diretamente vinculada ao nosso ob-

jeto, não pretendendo fazer uma distinção entre a internacionalização de bens culturais pela via comercial e a elaboração de projetos de política cultural, muito embora acentue a existência destes projetos. A indiferenciação entre diversas práticas é encoberta justamente pelos modelos globalizantes, que mencionamos anteriormente. Não pretendemos homogeneizar autores que guardam imensas diferenças entre si, não cabendo aqui uma discussão pormenorizada. Queremos apenas chamar atenção para uma lacuna na bibliografia existente entre nós.

Faz-se necessária uma discussão cuidadosa de conceitos como cultura e ideologia, da dimensão política do universo cultural e da inserção social dos *sujeitos* em questão. Desta forma, poderemos abordar o objeto de nossa análise, ou seja, a conformação de padrões de decisão e comportamento, a partir da universalização de sistemas de valores. Edward Berman, ao tratar da atuação das fundações norte-americanas e sua relação com a inserção internacional deste país, remete-nos a esta questão, embora seu tema seja mais especificamente a posição dos intelectuais:

*The knowledge that becomes acceptable within a particular society forms an important part of that society's cultural capital. It also determines the society's intellectual norms. The choices made by national leaders concerning a society's direction are frequently based on these norms, whether consciously recognized as such or not*¹⁵.

Assim sendo, não podemos nos limitar ao estudo da difusão de ideologias que justifiquem a postura internacional das nações, sendo necessária uma compreensão mais abrangente dos padrões culturais que as norteiam. Neste sentido, abordaremos na seqüência do presente trabalho a dimensão estratégica das relações culturais internacionais. A difusão de sistemas de valores apresenta ainda uma face econômica, interligando-se à criação e reprodu-

ção de mercados. Por fim, parece-nos imprescindível considerar o aspecto histórico de nosso objeto, incorporando-o ao debate em torno do processo de ocidentalização contemporâneo. Ressaltamos ainda que não pretendemos compor aqui um arcabouço teórico coerente ou um novo paradigma para a análise da dimensão cultural das relações internacionais e sim levantar algumas indicações preliminares.

Para a compreensão da relação entre representações e comportamento, por um lado e, por outro, eficácia política e estrutura social, as contribuições de Gramsci nos parecem fundamentais. Assim sendo, o conceito de hegemonia desenvolvido por Gramsci e seu estudo do papel dos intelectuais não podem deixar de estar nestas páginas porque são a ponte possível entre nosso tema – a conformação de padrões de decisão e de comportamento – e a estrutura social. Outra contribuição de Gramsci para esse tema é a análise que implementa da construção do consenso, a partir da sociedade civil. Ao introduzir a perspectiva de Gramsci lembramos o caráter social e público da cultura, que nos permite captar a conformação do “homem coletivo” a partir das relações de dominação:

Mas como é que cada indivíduo singularmente conseguirá incorporar-se no homem coletivo e como se verificará a pressão educativa sobre os indivíduos para obter deles o consenso e a colaboração, fazendo tornar “liberdade” o que é necessariamente coerção? Questão de “direito”, cujo conceito deverá ser estendido, compreendendo nele também aquelas atividades que hoje caem sob a fórmula de ‘juridicamente indiferentes’ e que são do domínio da sociedade civil que atua sem “sanções” e sem “obrigações” taxativas, e que não exerce, portanto, uma pressão coletiva e obtém resultados objetivos de elaboração nos costumes,

nos modos de pensar e de agir, na moralidade, etc. . .¹⁶.

No contexto internacional, a conformação do consenso exerce papel fundamental, como veremos a seguir, particularmente com o advento de diversas matrizes de democracia na contemporaneidade. O conceito de hegemonia – enquanto capacidade diretiva e de dominação das classes superiores no capitalismo monopolista a partir da universalização de determinadas “visões de mundo” – permite ainda a compreensão da intervenção de agências privadas na conformação de projetos culturais. Afastamo-nos, assim, de uma percepção do contexto internacional que se restringe às relações inter-estatais.

O papel dos intelectuais, enquanto “mediadores” do consenso, deve ser lembrado:

Os intelectuais são os “caixeiros” do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político, isto é: 1) do consenso “espontâneo” dado pelas grandes massas da população à direção imprimida à vida social do grupo fundamental dominante, consenso que nasce “historicamente” do prestígio (e, portanto, da confiança) que deriva, para o grupo dominante, da sua posição e da sua função no mundo da produção; 2) do aparato de coerção estatal, que assegura “legalmente” a disciplina daqueles grupos, que não “consentem” nem ativa nem passivamente, mas é constituído por toda a sociedade na previsão dos momentos de crise no comando e na direção em que o consenso espontâneo venha a fazer falta¹⁷.

Cabe recordar aqui a ênfase dada por Mitchell aos quadros executores da política cultural – os representantes culturais – e o papel dos professores e intelectuais como difusores da cultura a ser projetada.

Objetivando nos afastar das abstrações discursivas e de uma concepção idealista

da totalidade, propomos aqui a incorporação do arsenal teórico desenvolvido por sociólogos e antropólogos que buscam uma compreensão do conceito de cultura. Se considerarmos a estrutura de classes das sociedades contemporâneas, por outro lado, acreditamos que, para concretizar nosso objeto e nos distanciarmos de concepções globalizantes antes criticadas, as contribuições de estudiosos da cultura de matizes diversas são fundamentais.

Ao tratarmos das relações culturais internacionais enquanto constituidoras de formas de percepção, sistemas simbólicos, estilos e padrões de comportamento, devemos inicialmente questionar a conveniência e o lugar dos conceitos de ideologia e cultura. Eunice Durham nos mostra que a abordagem culturalista se exime de buscar as contradições entre a ação humana e a significação, afastando-se de uma concepção dos padrões culturais que revele as relações de dominação. Por outro lado, as análises que focalizam exclusivamente as contradições entre a ideologia e a realidade social não permitem “detectar o modo pelo qual as representações modelam o comportamento coletivo”¹⁸.

A autora observa um duplo processo: o alargamento do conceito de ideologia e o reconhecimento da dimensão cultural da dominação.

. . . A extensão crescente que o conceito de ideologia vem assumindo a partir de Gramsci e Althusser, tendendo a abranger toda a cultura, deriva de um processo análogo, mas inverso: o reconhecimento, por parte dos sociólogos e cientistas políticos, da necessidade de incorporar a dimensão cultural do processo de dominação política, em virtude da politização crescente da sociedade e da importância cada vez mais ampla do Estado¹⁹.

Contudo, o conceito de ideologia nos remete necessariamente ao enfrentamento das “classes fundamentais” e à sua contribuição para a reprodução do modo de

produção. Assim sendo, E. Durham propõe a “politização da cultura”, a partir da qual seja possível perceber a constituição de sujeitos políticos, não estando os conflitos necessariamente determinados pela luta entre as “classes fundamentais”.

A língua, a religião, a cor da pele, os hábitos alimentares, a vestimenta podem ser erigidos em instrumentos de construção de uma identidade coletiva com implicações políticas. Toda a dinâmica dos movimentos sociais envolve necessariamente esse tipo de manipulação simbólica, através do qual se constroem sujeitos políticos coletivos²⁰.

Acreditamos que duas considerações justificam a aproximação entre nosso objeto e a proposta teórico-metodológica de E. Durham. Por um lado, a possibilidade de nos voltarmos para a “análise de conjunturas”, como ela própria demonstra, permite o recorte que o estudo de projetos culturais específicos reclama. Por outro, no campo internacional a vinculação mecânica da atuação estatal ou de organizações da sociedade civil à “reprodução de uma determinada formação social” recolocaria os problemas discutidos em relação à bibliografia antes citada. Não pretendemos, contudo, negar que a difusão de “ideologias”, no sentido mais restrito de um pensamento cristalizado ou no sentido gramsciano de “visões de mundo” com eficácia política, preencha o universo que nos propomos a analisar. Acreditamos apenas que eles não conformam sua totalidade. Na percepção de C. Geertz, a cultura é uma “tela de significados” com potencial controlador sobre o comportamento humano. O homem não possui qualidades biológicas gravadas que delineiem seu comportamento claramente. Por outro lado, seu pensamento tem caráter “público” e “social”. Assim sendo, as culturas diferenciadas serão “fontes simbólicas de eliminação”, “mecanismos de controle” orientando o comportamento humano: “. . . nós como animais incompletos e inacabados

que nos completamos e acabamos através da cultura – não através da cultura em geral, mas através de formas altamente particulares de cultura: dobuana e javanesa, hopi e italiana, de classe alta e classe baixa, acadêmica e comercial”²¹.

Ainda nesta direção, lembramos que o pressuposto iluminista de uma racionalidade abstrata e natural deve ser mediatizado pela presença de uma racionalidade “simbólica”, sem a qual a coesão entre “estranhos” seria impossível. As escolhas que orientam o comportamento humano, controlando-o, não são resultado de uma racionalidade universal constitutiva.

. . . essa dependência “do olhar” sugere a presença, na vida econômica e social, de uma lógica completamente estranha à “racionalidade” convencional. Pois essa racionalidade é tempo transcorrido, uma comparação e pelo menos uma outra olhada mais além, e um exame das alternativas. A relação entre essas lógicas é que a primeira, a simbólica, define e classifica as alternativas pela “escolha”, entre as quais a racionalidade, esquecida de sua própria base cultural, gosta de se considerar como constitutiva²².

Destacamos que, ao iniciar este debate, inserindo-o na crise da metafísica ocidental, não poderíamos nos ater a uma concepção da cultura universalista e abstrata.

Se nos propomos uma percepção politizada da cultura, afirmar seu papel na conformação de formas de agir e pensar seria apenas introduzir o tema. Pretendemos, portanto, incorporar à nossa análise alguns conceitos desenvolvidos por Pierre Bourdieu. Ressaltamos, de antemão, que nos afastamos de sua obra no que concerne seu caráter estruturalista e o círculo de reprodução infundável ao qual nos remete, como nos indica C. Joppke:

‘Bourdieu’s design of social reality contains a deep paradox: on the one hand

*he conceptualizes social life as an ever fluid balance-of-power resulting from permanent distributive struggles among social collectivities; on the other hand, these very same practices only reaffirm the relative distance between the social classes, as effected by the 'habitus inertia. PLUS ÇA CHANGE, PLUS C'EST LA MÊME CHOSE*²³.

Por outro lado, o autor vê apenas um centro produtor de elementos legítimos, partindo da distinção entre cultura erudita e cultura média. Assim sendo, o escopo do conflito se reduz ao universo da cultura erudita.

Interessa-nos incorporar as noções de “campo” e “capital cultural” desenvolvidas por Bourdieu, desta forma estabelecendo a relação entre cultura e política. Os “campos” são mercados onde se estabelecem lutas, estratégias, interesses, a busca de lucro, relações de exclusão e inclusão; por outro lado, são constituídos pela acumulação de energia social, resultado de lutas anteriores. A cada campo corresponde um capital específico desigualmente distribuído em uma sociedade de classes.

A estrutura do campo é um ESTADO da relação de força entre os agentes ou as instituições engajadas na luta ou, se preferirmos, da distribuição do capital específico que, acumulado no curso das lutas anteriores, orienta as estratégias ulteriores. Esta estrutura, que está na origem das estratégias destinadas a transformá-la, também está sempre em jogo: as lutas cujo espaço é o campo têm por objeto o monopólio da violência legítima (autoridade específica) que é característica do campo considerado, isto é, em definitivo, a conservação da estrutura da distribuição do capital específico²⁴.

Estabelece-se uma divisão dos trabalhos de dominação, em que a especialização dos “campos” permite o escamotea-

mento da relação de dominação através da ilusão da autonomia. A conversão entre “capitais específicos” não se realiza necessariamente, sendo o “poder” a moeda universal circulante. “*Cette division du travail de domination est rendue possible par l'existence d'une monnaie en laquelle se convertissent toutes les espèces de capital: le pouvoir*”²⁵.

Bourdieu se voltou para o campo de produções simbólicas, no interior do qual se estabelece um conflito pela legitimidade, ou seja, pelo posicionamento em uma hierarquia de valores. A distribuição de capitais culturais é o objeto deste conflito, representando este o recurso de poder dos grupos que adquirem uma posição dominante e podem impor um determinado “arbitrário cultural”. O campo de bens simbólicos apresenta duas faces: a face institucional, em que o conflito se expressa através de uma luta por títulos, a partir do sistema de ensino; e uma face “incorporada” que se caracteriza a partir da luta pela imposição de um quadro de percepções ou “habitus”. O “habitus” constitui código necessário para a apreensão de bens culturais, desmascarando, assim, o caráter democrático do mercado.

A luta por “distinção”, desenrolada no campo simbólico, designará “competências” específicas; estas, portanto, assim como a circulação de bens culturais no mercado, não guardam um perfil de neutralidade.

Ter competência é ter o direito e o dever de se ocupar de qualquer coisa. Ou seja, a verdadeira lei que se oculta sob estas correlações aparentemente anódinas, é que a competência política, técnica, e todas as outras competências, são competências sociais. Isto não significa que a competência técnica não exista, mas sim que a propensão para adquirir aquilo que se chama de competência técnica é muito maior quando se é mais competente socialmente, isto é, quando se é mais reco-

reconhecido socialmente como digno de, e portanto, como tendo que, adquirir esta competência²⁶.

Ressaltamos que os parágrafos acima não constituem uma tentativa de sistematizar o arcabouço teórico desenvolvido por Pierre Bourdieu. Apenas buscamos aqueles elementos que, acreditamos, podem contribuir no estudo dos projetos culturais em questão.

Inicialmente, lembramos a autonomia relativa que o autor confere a cada "campo". Além de caracterizá-los pela configuração de um capital específico, permitenos, a partir da incorporação desta conceituação, o estudo da especificidade de diferentes projetos culturais. Ao estudarmos, por exemplo, o projeto de difusão do modelo universitário americano, nos deteremos, em dado momento da análise, nas relações interiores ao campo acadêmico ou cultural de âmbito mais geral. Assim sendo, a luta por legitimidade e imposição de um "arbitrário cultural" devem ser percebidas em sua dimensão interna ao campo, da mesma forma que inserida em relações de forças externas a este.

Não podemos recair na ilusão da autonomia ressaltada por Bourdieu, deixando de lado nosso foco central: a política. O mercado de bens simbólicos "internacional" pode ser observado a partir de alguns ângulos propostos por Bourdieu, particularmente porque os bens culturais, como afirmamos anteriormente, são um recurso de poder. A desmistificação realizada face à concepção liberal de mercado e ao caráter das competências adquiridas nos permite perceber que a mutualidade proposta por Mitchell, presente no discurso que envolve os projetos culturais dos países hegemônicos, não apresenta parâmetros reais. Observa-se internacionalmente a disparidade entre a localização da produção e distribuição de bens culturais, por um lado, e o consumo, por outro.

A distribuição desigual de capital cultural se expressa assim na concentração regional de "competências" para produzir e

difundir bens culturais. Assim sendo, a imposição de um "arbitrário cultural"²⁷, através do exercício da "violência simbólica", é garantida pela acumulação anterior de capital cultural (conhecimento, técnica) e pela reprodução a distribuição desigual de bens culturais. Também no âmbito internacional, podemos afirmar a existência de duas faces do campo de bens simbólicos: a instituição e a "incorporada".

Além da difusão de valores, os projetos culturais em questão também resultam na institucionalização de relações de força no âmbito do campo cultural. A importância atribuída às instituições educacionais dos países hegemônicos como distribuidoras de títulos é uma expressão deste processo, assim como a incorporação de modelos teóricos ou linguagem acadêmica destes países pelos intelectuais localizados na periferia.

As relações culturais, voltamos a afirmar, implicam no redimensionamento dos mercados disponíveis para alocação da produção de uma determinada sociedade. Neste sentido, a análise de Marshall Sahlins com respeito ao valor significativo das mercadorias confirma nossas afirmativas anteriores quanto aos limites da concepção liberal do homem racional. Por um lado, a imposição de um quadro de valores abre novos mercados; por outro, a expansão dos mercados atua no sentido de constituir "sujeitos sociais": "Os homens produzem objetos para sujeitos *sociais* específicos no processo de reprodução de sujeitos por objetos sociais"²⁸.

A estrutura da demanda, elemento constitutivo da ordem econômica internacional – pois, como nos lembra Sahlins, se nos alimentássemos de carne canina o mercado mundial teria uma conformação distinta – é significativamente constituída. As mercadorias, como mostrou Marx, são constituídas de "valor de troca" e "valor de uso". Assim sendo, a racionalidade do mercado, para além de outras críticas possíveis à concepção liberal, não permite explicar a produção e distribuição interna-

cional de mercadorias, sendo necessário pensar a constituição de “decisões de utilidade”. Não pretendemos aqui uma discussão sobre a ordem econômica internacional, ressaltamos somente o lugar que as relações culturais preenchem: “. . . não há lógica material separada do interesse prático e o interesse prático do homem na produção é simbolicamente instaurado”²⁹.

Segundo o autor em questão, a cultura ocidental se caracteriza pela circunscrição do “locus principal do processo simbólico” ao âmbito da economia. Embora não nos voltemos para a busca de um “locus privilegiado” na constituição de uma formação cultural, nos apropriamos da análise aqui citada, no sentido de compreender o papel que as relações comerciais entre diferentes sociedades assumem no desenvolvimento das relações culturais entre estas. As relações comerciais carregam consigo significações sociais, difundindo valores e padrões de comportamento, embora de forma mediatizada: “O objeto fica como conceito humano fora de si mesmo, como se fosse homem falando com homem usando as coisas como meio de comunicação”³⁰.

Assim sendo, compreendemos a relevância de projetos culturais na constituição da ordem econômica internacional, assim como a dimensão cultural de programas em áreas como o desenvolvimento econômico.

O estudo das relações culturais no mundo contemporâneo exige a consideração, por um lado, do sistema bipolar sob hegemonia norte-americana e, por outro, do momento do processo de ocidentalização que vivemos³¹.

O sistema internacional, segundo Robert Gilpin, caracteriza-se pela presença de “formas de controle”, além das interações regulares entre diversas entidades – Estados nacionais, instâncias transnacionais ou internacionais. Assim sendo, os principais atores deste sistema – os Estados – não interagem em estado de anarquia. A distribuição bipolar de poder de-

marca a forma de controle dos sistemas após a Segunda Guerra, sendo esta, ainda, função de um conjunto de direitos e deveres que dão o tom da interação entre Estados e do prestígio do país hegemônico, ou seja, a legitimidade e sua governância. Segundo o autor citado, este último elemento baseia-se em três diferentes fatores: a vitória na mais recente guerra hegemônica, a provisão de certos bens públicos e a difusão de valores. A ênfase de Gilpin recai sobre os fatores econômicos e militares na constituição do “prestígio”: *“The most prestigious members of the international system are those states that have most recently used military force or economic power successfully and have thereby imposed their will on others”*³².

Não cabe aqui uma discussão sobre o peso relativo dos fatores mencionados na formação do “prestígio”. Acreditamos, contudo, que afirmações absolutas desconsiderem a dinâmica das relações internacionais. Interessa-nos ressaltar a importância atribuída pelo autor à legitimidade da supremacia do país hegemônico, dado que o “prestígio” constitui a “moeda cotidiana das relações internacionais” e o papel desempenhado pela difusão de valores na conformação da ordem internacional.

A mudança do sistema é resultado, ainda de acordo com Gilpin, das diferenças entre os tempos de transformação dos seus diversos componentes, aliadas às “estratégias de satisfação” executadas pelas unidades que o compõe: *“International political change is similarly caused by the differential rates of change for the major components composing the international political system”*³³.

Assinala ainda as diferenças de ritmo que tendem a ser encontradas: *“The international balance of power among the actors (like the forces of economic production) underlying the international system, evolve more rapidly than the other components of the system, particularly the hierarchy of prestige and the rules of the system”*³⁴.

Argumentando com aqueles pensadores vinculados à concepção da “estabilidade hegemônica”³⁵, Bruce Russett nos mostra justamente como a perpetuação da hegemonia cultural americana permite a manutenção do controle deste país sobre o sistema, apesar do suposto declínio de sua base de poder.

O autor distingue o poder como controle sobre o sistema dos indicadores de poder tradicionais, afirmando que a hegemonia cultural, enquanto um dos indicadores da base de poder, garante este mesmo controle. Assim, o declínio da hegemonia americana ou, usando sua expressão, a morte de Mark Twain, deve ser pensada sob novas bases. Após a Segunda Guerra, a influência cultural norte-americana tornou-se elemento constitutivo da ordem internacional, garantindo seus mercados e modelando percepções e preferências, para que estas se ajustassem aos interesses norte-americanos. A decadência da supremacia deste país, hoje em pauta, não impede, contudo, que seu controle sobre o sistema se mantenha.

*Pervasive American cultural influence was part of a structural transformation of the international system. It meant that in many cases Americans would be able to retain substantial control over essential outcomes without having to exert power over others overtly. Rather, other's value were already conditioned to be compatible with American wishes in ways that would benefit Americans as well as themselves. . . .*³⁶

*Cultural hegemony provides long-term influence that persists, and persists deeply, to this day. It is among the primary reasons why a decline in dominance over material power has not been reflected in an equivalent loss of control over outcomes*³⁷.

As perspectivas dos dois últimos autores citados são distintas, não cabendo

aqui uma discussão a este respeito. Contudo, ambos verificam a relevância da difusão de valores na constituição do sistema internacional. Interessa-nos assinalar a continuidade da hegemonia norte-americana na forma apresentada por Russett e, por outro lado, as contradições que o sistema vem apresentar em decorrência dos diferentes tempos de transformação de seus elementos constitutivos. Assim sendo, a hegemonia cultural não garante o consenso de forma harmoniosa; por outro lado, os atores não dispõem, do nosso ponto de vista, do potencial de racionalidade que a “estratégia de satisfação” exigiria, caso fosse esta a explicação última do comportamento dos atores.

Segundo R. Gilpin, três processos marcam as relações internacionais contemporâneas – a nuclearização da indústria bélica, a interdependência econômica e o advento da “sociedade global”. Ele chama atenção, no que se refere ao terceiro processo, para o papel do Ocidente na criação de um “mundo unificado”, processo este que encontrou um momento de ruptura com a revolução bolchevique e atualmente é contestado pela revolução islâmica.

A unanimidade em torno da presença ocidental e de sua peculiar capacidade de universalização não garante, contudo, concordância quanto ao caráter deste processo. Ralph Pettman propõe que busquemos, no modo de pensar e no caráter da ciência, a peculiaridade ocidental, guardadora de seu potencial de universalização.

Some have sought the crucial distinguishing in the division of labour, some in rationality, in democracy or the equalization of conditions, in economic organization, and yet whether cause of effect, or both in a complex way that defies reduction, the single most striking feature it seems to me is the mode of thought itself.

Com o avanço da industrialização, este processo de universalização é potencializado:

*With the advent of industrialization, however, we get the dramatic acceleration of effects, and the technobiological/scientific worldview comes into its own as the most potent single sociological force*³⁸.

Max Weber estudou o avanço da racionalidade-em-relação-a-fins e o processo de desencantamento do mundo. Posteriormente H. Marcuse demonstrou que este processo carregava em si a dominação política do “homem pelo homem”. Partindo destes pensadores, J. Habermas nos apresenta as duas faces da legitimação da dominação política – de “baixo para cima” e de “cima para baixo”. Por um lado, trata-se da expansão dos “subsistemas do agir racional-com-respeito-a-fins”, ou seja, as regras técnicas substituem as normas sociais na orientação da ação. Desta forma, a legitimidade é garantida pelo próprio avanço das forças produtivas e da manipulação técnica e não mais pela tradição.

A superioridade do modo de produção capitalista sobre os modos de produção do passado tem um duplo fundamento: a instalação de um mecanismo econômico que assegure a longo prazo a propagação dos subsistemas do agir racional com respeito-a-fins e a criação de uma legitimação econômica, em nome da qual o sistema de dominação pode ser adaptado a novas exigências de racionalização desses subsistemas em progresso³⁹.

Por outro lado, o “desencantamento do mundo” abala as tradições, legitimadoras da dominação, sendo estas substituídas pelas ideologias, impregnadas do discurso científico.

As legitimações debilitadas são substituídas por novas que, por um lado, surgem da crítica à dogmática das interpretações tradicionais do mundo e pretendem o caráter científico e que, por outro lado, conservam a função de legitimação e subtraem assim as relações fatuais de violência tanto da análise como da consciência pública⁴⁰.

Interessa-nos aqui frisar o processo de legitimação “de baixo para cima”, a partir do qual a modernização e os instrumentos para sua programação estão implicitamente legitimados. A discussão pública e política das relações que garantem a modernização são destituídas de força e sentido. Assim também as relações internacionais. Neste sentido, observamos que os setores modernos dos países periféricos exercem função mediadora no processo de penetração da cultura ocidental. A universalização desta mesma cultura não pode assim ser separada do caráter da legitimação do processo de dominação.

*On the whole, (. . .), it is those who possess the new universalistic knowledge we find wielding political power. 'Modernisation' is the hard currency of their culture. And the self-consciously secular, rationalistic and materialistic values on which their concept of a 'modern' world is based are its bright shining coin*⁴¹.

Evidentemente não descartamos o papel das ideologias, enquanto legitimação da dominação “de cima para baixo”, no contexto das relações culturais internacionais. Parece-nos, contudo, que o estudo de nosso objeto ganhará nova dimensão se considerarmos a expansão da “racionalidade em relação a fins”, conforme propõe Habermas, particularmente se nos voltarmos para a atuação dos países centrais frente à periferia do sistema.

A percepção do processo de ocidentalização em sua fase contemporânea é relevante aqui enquanto contextualização histórica. Por outro lado, a partir da obra de

Habermas, nossa proposta inicial de considerar a dimensão cultural de práticas que não se restrinjam ao universo da literatura, artes plásticas ou música, se esclarece. A atuação, por exemplo, das fundações privadas norte-americanas realizando projetos nas áreas de desenvolvimento, tecnologia, educação, desenvolvimento institucional, população ou agricultura, insere-se no processo de legitimação de determinados caminhos para a modernização.

Se voltamos a considerar a crise da modernidade burguesa e da metafísica ocidental, caberia questionar se as relações culturais poderão caminhar sustentadas pela legitimidade que o "progresso" lhes confere, ou se as sociedades auto-produzidas criarão um espaço público e político para debatê-las. Neste sentido, a interação simbolicamente mediatizada no contexto da qual Habermas percebe a possibilidade de novas formas de comunicação redefiniria as relações culturais.

A crise da metafísica universal nos coloca, por outro lado, diante do debate em torno das categorias "universais" e "particulares", entre a "identidade" e as "diferenças".

O processo de ocidentalização, entre os resultados que nos apresenta, permite a universalização da forma do Estado-Nação, perpetuando, desta feita, o *locus* da diferença no contexto internacional.

An important aspect of the Westernisation of the world, it has given rise to the most visible of political cultural forms, prompting and sustaining the global development of industrial societies and seized upon by political elites, or active elements within them, as a powerful instrument for pushing their peripheral populations into that is judged to be the historical mainstream. In so doing it has also worked to some extent against the advent of a uniform world, helping to secure social and traditional diversities in the face of the homogenising effects of technological change⁴².

Desta forma, segundo R. B. J. Walker⁴³, a universalidade cristã foi "ameaçada" pelo princípio da diferença, expresso na emergência do Estado-Nação. A identidade se realiza então no interior do Estado-Nação, sendo o campo das relações internacionais o *locus* da diversidade. A concepção iluminista ou cristã de um "homem universal" é contestada no âmbito do pensamento, por sua vez, pelas correntes românticas, enfatizando estas o caráter nacional da cultura.

Trata-se, hoje, de colocar em questão a própria dicotomia que este desenvolvimento expressa, superando a contraposição entre a diferença e a identidade, entre as sociedades nacionais constituídas de homens consensuais e o campo internacional. As relações culturais adquirem, assim, nova complexidade, afastando posições xenófobas e recolocando o debate em torno do surgimento de uma "sociedade global", nas palavras de Gilpin.

Os conflitos e relações de força entre produtores e distribuidores de bens culturais não se diluem em um processo de homogeneização. A crescente universalização de sistemas de valores, que marca a contemporaneidade, caminha contraditoriamente com a criação e recriação das diferenças.

As contribuições aqui esboçadas pretendem suscitar o debate em torno da atuação internacional de uma coleção diversificada de agências culturais. Acreditamos, contudo, que o instrumental teórico apresentado e a contextualização histórica proposta devem ser concretizados em estudos específicos, para então colocar sob novo patamar este mesmo debate.

NOTAS

¹ Para uma análise das transformações que tem marcado os estudos de relações internacionais. Ver LEURDIJK, J. Henk: "From international to transnational politics: a change of paradigms?" In: *International Social Science Journal*. Vol. XXVI, nº 1, 1974.

- ² No contexto da metafísica ocidental, segundo Gerd Bornheim. . . A realidade finita só tem propriamente realidade na medida em que participa ou traz em si de alguma maneira o trans-finito". BORNHEIM Gerd A.: *Dialética Teoria e Práxis*. Porto Alegre, RJ, GLOBO, 1983, p. 26.
- ³ A. Touraine observa a relevância que o conflito em torno de padrões culturais definidores da historicidade assume a partir da transição para a "sociedade pós-industrial". Touraine, A., *Le Retour de L'acteur*, Paris, Fayard, 1984.
- ⁴ Mitchell, J. M.: *International Cultural Relations*. London, Allen & Unwin, 1986, pág. 4.
- ⁵ Mitchell, J. M., op. cit., pág. 5.
- ⁶ O primeiro empreendimento neste campo, segundo Mitchell, foi a fundação da Alliance Française em 1883. A partir deste modelo, em 1889 é criada a sociedade Dante Alighieri. Ver Mitchell, J. M., op. cit., pág. 23-27.
- ⁷ Para uma discussão sobre os estudos sobre o fenômeno da aculturação, ver Wachtel, Nathan: "A Aculturação". In: le Coff, Jacques; Nora; Pierre, *História: Novos Problemas*, RJ, Livraria Francisco Alves, 1979.
- ⁸ Ver Mutuality Table, in: Mitchell, J. M., op. cit., pág. 83.
- ⁹ Ianni, Octavio, *Imperialismo e Cultura*, Petrópolis, Ed. Vozes, 1979, pág. 7.
- ¹⁰ Mattelart, Armand: *Multinacionais e Sistemas de Comunicação*. SP, Editora Ciências Humanas, 1976, pág. 10.
- ¹¹ O exemplo mais conhecido entre nós seria o acordo MEC-USAID, citado por Mattelart. José Olivera Arapiraca desenvolveu estudo específico sobre a USAID e a educação brasileira. Ver Arapiraca, José Oliveira: *A USAID e a Educação Brasileira*. SP, Editora Autores Associados/Cortez Editora, 1982.
- ¹² O autor se refere aqui especificamente às técnicas de comunicação. Mattelart, A., op. cit., pág. 158.
- ¹³ *Comunicação e Sociedade*, SP, Editora Cortez, Ano V, nº 9, 1983.
- ¹⁴ Somavia, Juan: "A estrutura Transnacional de Poder e a Informação Internacional", in: Matta, Fernando Reyes (org.): *A informação na Nova Ordem Internacional*. RJ, Paz e Terra, 1980, pág. 35.
- ¹⁵ Berman, Edward H.: *The Ideology of Philanthropy*. Albany, State University of New York Press, 1983, pág. 169.
- ¹⁶ Gramsci, Antonio: "A Ciência Política e o Príncipe Moderno", in: Gramsci, Antonio: *Obras Escolhidas*, SP, Martins Fontes, 1978, pág. 223.
- ¹⁷ Gramsci, Antonio: "Problemas da Vida Intelectual", in: Gramsci, A.: op. cit., pág. 348.
- ¹⁸ Durham, Eunice R.: "Cultura e Ideologia", in: *Dados*, IUPERJ, nº 27/1, 1984, pág. 79.
- ¹⁹ Durham, E. R.: op. cit., pág. 86.
- ²⁰ Durham, E. R.: op. cit., pág. 87.
- ²¹ Geertz, Clifford: *A Interpretação das culturas*. RJ, Zahar, 19, pág. 61.
- ²² Sahlins, Marshall: *Cultura e Razão Prática*. RJ, Zahar, 1979, pág. 225.
- ²³ Joppke, Christian, "The Cultural Dimensions of Class Formation and Class Struggle: On the Social Theory of Pierre Bourdieu", in: *Berkeley Journal of Sociology*, nº 31, 1986, pág. 62.
- ²⁴ Bourdieu, Pierre, *Questões de Sociologia*, R, Editora Marco Zero, 1983, pág. 90.
- ²⁵ Bon, Frédéric, Yves, Schemelil: "La Rationalisation de L'inconduite – Comprendre le Statut du Politique chez Pierre Bourdieu", pág. 1210.
- ²⁶ Bourdieu, P., op. cit., pág. 186.
- ²⁷ "Numa formação social determinada, o arbitrário cultural que as relações de força entre os grupos ou classes constitutivas dessa formação social colocam em posição dominante no sistema dos arbitrários culturais, é aquele que exprime o mais completamente, ainda que nem sempre de maneira mediata, os interesses objetivos (materiais e simbólicos) dos grupos ou classes dominantes", in: Bourdieu, P., Passeron, J.: *A Reprodução – Elementos para uma Teoria do Sistema de Ensino*. RJ, Francisco Alves, 1975, pág. 24.
- ²⁸ Sahlins, M., op. cit., pág. 188.
- ²⁹ Sahlins, M., op. cit., pág. 232.

- ³⁰ Sahlins, M., *op. cit.*, pág. 198.
- ³¹ Limitamo-nos a considerar nosso objeto no contexto da ordem internacional capitalista, instaurada a partir da Segunda Guerra Mundial.
- ³² Gilpin, Robert: *War and Change in World Politics*. Cambridge, Cambridge University Press, 1981, pág. 32.
- ³³ Gilpin, R., *op. cit.*, pág. 48.
- ³⁴ Gilpin, R., *op. cit.*, pág. 48.
- ³⁵ Segundo os autores vinculados a esta concepção, o declínio da hegemonia americana implica na obstrução do fornecimento de "bens coletivos", ameaçando a estabilidade do sistema internacional. Citamos, como exemplo, o trabalho de Stephen D. Krasner, "American Policy and global Economic Stability", in: Avery, W.; Rapkin, D. (Ed.): *American in a Changing World Political Economy*, N.Y. Longman, 1982.
- ³⁶ Russett, Bruce: "The Mysterious Case of Vanishing Hegemony; or, Is Mark Twain Really dead?", in: *International Organization*. Cambridge, MIT Press, Spring, 1985, Vol. 39, pág. 229.
- ³⁷ Russett, B., *op. cit.*, pág. 230.
- ³⁸ Pettman, Ralph, *A Sociology of International Affairs*, London, Croom Helm, 1979, pág. 26 e 34.
- ³⁹ Habermas, Jürgen, "Técnica e Ciência Enquanto 'Ideologia'", in: *Os Pensadores*. SP, Abril Cultural, 1983, pág. 325.
- ⁴⁰ Habermas, J., *op. cit.*, pág. 326.
- ⁴¹ Pettman, R., *op. cit.*, pág. 41.
- ⁴² Pettman, R., *op. cit.*, pág. 39.
- ⁴³ R. B. J. Walker, ao inserir o debate em torno da teoria das relações internacionais, no contexto da metafísica ocidental, indica a possibilidade de superação da dicotomia – diferença/identidade. Segundo o autor, desta forma, a contraposição entre política intrnacional, enquanto *locus* da diferença e a sociedade civil, enquanto *locus* da identidade, será removida.
- Berman, Edward H., *The Ideology of Philanthropy*, Albany, State University Press, 1983.
- Bon, Frédéric, Ives, Schemeil; "La Rationalisation de l'inconduite – Comprendre le Statut du Politique chez Pierre Bourdieu".
- Bornheim, Gerd A., *Dialética: Teoria e Práxis*, Porto Alegre/RJ, Globo, 1983.
- Bourdieu, Pierre, *Questões de Sociologia*, RJ, Editora Marco Zero, 1983.
- Bourdieu, P., Passeron, J., *A Reprodução, Elementos para uma Terapia do Sistema de Ensino*, RJ, Francisco Alves, 1985.
- Comunicação e Sociedade*. SP, Editora Cortez, ano V, nº 9, 1983.
- Durham, Eunice R., "Cultura e Ideologia", in: *Dados*, RJ, IUPERJ, nº 27/1, 1984.
- Geertz Clifford, *A Interpretação das Culturas*, RJ, Zahar.
- Gilpin, Robert, *War and Change in World Politics*, Cambridge, Cambridge University Press, 1981.
- Gramsci, Antonio, *Obras Escolhidas*, SP, Martins Fontes, 1978.
- Habermas, Jürgen, "Técnica e Ciência Enquanto 'Ideologia'", in: *Os Pensadores*, SP, Abril Cultural, 1983.
- Ianni, Octavio, *Imperialismo e Cultura*, Petrópolis, Vozes, 1979.
- Joppke, Christian, "The Cultural Dimensions of Class Formation and Class Struggle: On the Social Theory of Pierre Bourdieu", in: *Berkeley Journal of Sociology*, nº 31, 1986.
- Keohane, Robert O., *After Hegemony – Cooperation and Discord in the World Political Economy*, New Jersey, Princeton University Press, 1984.
- Matta, Fernando Reyes (org.): *A Informação na Nova Ordem Internacional*, RJ, Paz e Terra, 1980.
- Matterlart, Armand, *Multinacionais e Sistemas de Comunicação*, SP, Editora Ciências Humanas, 1976.
- Mitchell, J. M., *International Cultural Relations*, London, Allen & Unwin, 1986.

BIBLIOGRAFIA

Barbosa, Wilmar do Vale, "Considerações à propósito da crise da cultura moderna" (texto provisório), Mimeo.

Pettman, Ralph, *A Sociology of International Affairs*, London, Croom Helm, 1979.

Russet, Bruce, "The Mysterious Case of Vanishing Hegemony; or Is Mark Twain Really Dead?", in: *International Organization*, Cambridge, MIT Press, Spring 1985, Vol. 39.

Sahlins, Marshall, *Cultura e Razão Prática*, RJ, Zahar, 1979.

Wachtel, Nathan: "A Aculturação", in: Le Goff, Jacques, Nora, Pierre: *História: Novos Problemas*, RJ, Livraria Francisco Alves Editora, 1979.

Walker, R. B. J., "Realism, Change and International Political Theory".